

PAULO ROBERTO DE FIGUEIREDO DANTAS

# DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL

9ª edição

revista e ampliada

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53604-85-2

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Dantas, Paulo Roberto de Figueiredo

Direito processual constitucional / Paulo Roberto de Figuei-  
redo Dantas. – 9. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Brasil - Direito constitucional 2. Processo civil - Brasil  
I. Título.**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

18-1454

COU 342:347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual constitucional 342:347.9(81)

**Diretoria executiva** Flávia Alves Bravin  
**Diretoria editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos

**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Aline Darcy Fiôr de Souza

**Produção editorial** Ana Cristina Garcia (coord.)  
Carolina Mihoko Massanhi  
Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
Claudirene de Moura Santos Silva  
Fernanda Matajs  
Guilherme H. M. Salvador  
Tiago Dela Rosa  
Verônica Pivisan Reis

**Planejamento e processos** Clarissa Boraschi Maria (coord.)  
Juliana Bojczuk Fermino  
Kelli Priscila Pinto  
Marília Cordeiro

Fernando Penteado  
Mônica Gonçalves Dias  
Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Fernando Alves

**Diagramação** SBNigri Artes e Textos Ltda.

**Revisão** Carmem Becker

**Capa** Tiago Dela Rosa

**Produção gráfica** Marli Rampim  
Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Gráfica Paym

**Data de fechamento da edição: 11-10-2018**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por  
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora  
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido  
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605365 CAE 630782

11-10-2018



# SUMÁRIO

<i>Introdução</i> .....	15
<b>1 DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL</b> .....	<b>19</b>
1.1 Esclarecimentos iniciais.....	19
1.2 Direito processual constitucional: objeto de estudo.....	19
1.3 Jurisdição, processo, ação e defesa.....	22
1.4 Constituição e processo.....	26
1.5 Princípios constitucionais referentes ao processo.....	29
1.6 Princípio da igualdade (isonomia) .....	30
1.7 Princípio da legalidade.....	34
1.8 Princípio da irretroatividade da norma .....	35
1.9 Princípio da segurança jurídica e a proteção constitucional ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada .....	38
1.10 Princípio da inafastabilidade da jurisdição .....	41
1.11 Princípio do juiz natural.....	43
1.12 Princípio do devido processo legal .....	45
1.13 Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	47
1.14 Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	49
1.15 Princípio da necessidade de motivação das sentenças e demais decisões judiciais .....	50
1.16 Princípio da publicidade dos atos processuais.....	52
1.17 Princípio do duplo grau de jurisdição .....	54
1.18 Princípio da celeridade na tramitação dos processos.....	56
1.19 Jurisdição constitucional .....	60
<b>2 TEORIA DA CONSTITUIÇÃO</b> .....	<b>64</b>
2.1 Esclarecimentos iniciais.....	64
2.2 Constituição: conceito .....	64
2.3 Antecedentes da constituição .....	67
2.4 Constitucionalismo e suas diversas fases .....	70
2.5 Classificações das constituições .....	74
2.6 Constituições quanto à origem.....	75

2.7	Constituições quanto ao conteúdo .....	76
2.8	Constituições quanto à forma .....	78
2.9	Constituições quanto ao modo de elaboração .....	79
2.10	Constituições quanto à estabilidade .....	80
2.11	Constituições quanto à extensão .....	83
2.12	Classificação da Constituição Federal de 1988 .....	83
2.13	Elementos da constituição .....	84
2.14	Estrutura da Constituição de 1988 .....	87
2.15	Rigidez e supremacia da constituição .....	89
<b>3</b>	<b>PODER CONSTITUINTE .....</b>	<b>91</b>
3.1	Esclarecimentos iniciais .....	91
3.2	Poder constituinte: origem da ideia .....	92
3.3	Poder constituinte originário .....	93
3.4	Natureza do poder constituinte originário .....	94
3.5	Revolução como veículo de expressão do poder constituinte originário .....	95
3.6	Titularidade, exercício e formas de expressão do poder constituinte originário .....	97
3.7	Características do poder constituinte originário .....	99
3.8	Poder constituinte derivado .....	100
3.9	Características do poder constituinte derivado .....	102
3.10	Poder constituinte reformador (ou poder de emenda) .....	103
3.11	Limitações explícitas ao poder reformador na Constituição de 1988 .....	104
3.12	Limitações implícitas do poder reformador na Constituição de 1988 .....	106
3.13	Diferença entre reforma constitucional e mutação constitucional .....	108
3.14	Poder constituinte decorrente .....	109
3.15	Distrito Federal, Municípios e poder constituinte decorrente .....	111
3.16	Poder constituinte derivado de revisão .....	113
3.17	Poder constituinte difuso .....	114
3.18	Princípio da simetria .....	116
3.19	Recepção, repristinação e desconstitucionalização de normas .....	117
<b>4</b>	<b>NORMAS CONSTITUCIONAIS: CLASSIFICAÇÃO, APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>121</b>
4.1	Esclarecimentos iniciais .....	121
4.2	Normas constitucionais quanto à espécie: princípios e regras .....	121
4.3	Normas constitucionais quanto ao conteúdo: materiais e formais .....	126
4.4	Normas constitucionais quanto à forma: escritas e não escritas .....	130
4.5	Normas constitucionais quanto à aplicabilidade (notas introdutórias) .....	131
4.6	Eficácia jurídica × eficácia social .....	132

4.7	Classificação da doutrina clássica .....	134
4.8	Classificação de José Afonso da Silva.....	138
4.9	Classificação de Maria Helena Diniz.....	144
4.10	Classificação de Uadi Lammêgo Bulos.....	146
4.11	Interpretação das normas constitucionais.....	149
4.12	Métodos clássicos de interpretação das normas .....	151
4.13	Princípios específicos de interpretação constitucional.....	155
4.14	Métodos de interpretação constitucional .....	161
4.15	Súmulas vinculantes e a interpretação das normas .....	163
<b>5</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO.....</b>	<b>165</b>
5.1	Esclarecimentos iniciais.....	165
5.2	A denominada “separação de poderes” e a função do Poder Judiciário.....	165
5.3	A organização do Poder Judiciário .....	168
5.4	O Supremo Tribunal Federal.....	171
5.5	O Conselho Nacional de Justiça.....	174
5.6	O Superior Tribunal de Justiça .....	175
5.7	Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	178
5.8	Os Tribunais e Juízes do Trabalho.....	181
5.9	Os Tribunais e Juízes Eleitorais .....	184
5.10	Os Tribunais e Juízes Militares.....	185
5.11	Os Tribunais e Juízes dos Estados.....	186
5.12	Funções essenciais à Justiça.....	187
5.13	Ministério Público .....	189
5.14	Funções institucionais do Ministério Público.....	190
5.15	Conselho Nacional do Ministério Público.....	192
5.16	Advocacia Pública.....	193
5.17	A Advocacia-Geral da União.....	194
5.18	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	199
5.19	Advocacia.....	200
5.20	Defensoria Pública.....	203
<b>6</b>	<b>CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: NOÇÕES GERAIS .....</b>	<b>205</b>
6.1	Esclarecimentos iniciais.....	205
6.2	Conceito e pressupostos do controle de constitucionalidade .....	205
6.3	Objeto do controle de constitucionalidade.....	208
6.4	Análise de normas específicas sujeitas ao controle de constitucionalidade .....	210
6.5	Normas não sujeitas ao controle de constitucionalidade.....	212
6.6	Parâmetro de controle ou paradigma constitucional .....	215

6.7	As diversas espécies de inconstitucionalidade.....	217
6.8	Inconstitucionalidade material e inconstitucionalidade formal.....	218
6.9	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão .....	220
6.10	Modalidades de controle quanto ao momento da realização e quanto ao órgão que o realiza.....	221
6.11	Modalidades de controle quanto à via utilizada: modelo americano e austríaco .....	222
6.12	Visão geral do controle de constitucionalidade no Brasil.....	225
6.13	Controle político .....	225
6.14	Controle judicial.....	228
<b>7</b>	<b>CONTROLE DIFUSO NO BRASIL.....</b>	<b>232</b>
7.1	Esclarecimentos iniciais.....	232
7.2	Controle difuso.....	232
7.3	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso .....	233
7.4	O Senado e a possibilidade de ampliação dos efeitos da sentença no controle difuso ....	235
7.5	A abstrativização dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso de constitucionalidade.....	238
7.6	Cláusula de reserva de plenário.....	242
7.7	Procedimento fixado pelo Código de Processo Civil .....	244
7.8	O recurso extraordinário .....	245
7.9	Necessidade de demonstração da repercussão geral perante o Supremo Tribunal Federal .....	249
7.10	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e o rito da repercussão geral.....	253
7.11	As súmulas vinculantes .....	255
7.12	Controle difuso em ação civil pública.....	261
<b>8</b>	<b>O CONTROLE CONCENTRADO E AS AÇÕES REGULAMENTADAS PELA LEI N. 9.868/99.....</b>	<b>264</b>
8.1	Esclarecimentos iniciais.....	264
8.2	Controle concentrado.....	264
8.3	Efeitos da sentença no controle concentrado.....	266
8.4	Espécies de controle concentrado na Constituição de 1988.....	268
8.5	Ação direta de inconstitucionalidade genérica (ADI ou ADIn).....	269
8.6	Hipóteses específicas em que não cabe ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	270
8.7	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	272
8.8	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade genérica.....	275
8.9	O efeito vinculante da ação direta de inconstitucionalidade e sua exclusão em relação ao Poder Legislativo .....	277
8.10	Princípio da “parcelaridade” .....	278
8.11	Inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “por atração” .....	279

8.12	Alteração do parâmetro de controle após a propositura da ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	280
8.13	A figura do <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	282
8.14	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	283
8.15	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC ou ADECON) .....	286
8.16	Legitimados para a ação declaratória de constitucionalidade .....	288
8.17	Medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade .....	289
8.18	O <i>amicus curiae</i> na ação declaratória de constitucionalidade .....	290
8.19	Principais regras procedimentais sobre a ação declaratória de constitucionalidade .....	291
8.20	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	293
8.21	Legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	296
8.22	O <i>amicus curiae</i> na ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	297
8.23	Concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	298
8.24	Principais regras procedimentais sobre a ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	299
<b>9</b>	<b>AS DEMAIS AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE E ASSUNTOS COMPLEMENTARES .....</b>	<b>302</b>
9.1	Esclarecimentos iniciais .....	302
9.2	Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) .....	302
9.3	Parâmetro de controle da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	304
9.4	Objeto da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	307
9.5	Legitimados ativos para a arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	309
9.6	A potencial inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental por equiparação .....	311
9.7	Caráter subsidiário da ação de descumprimento de preceito fundamental .....	313
9.8	Principais regras procedimentais da arguição de descumprimento de preceito fundamental .....	316
9.9	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	320
9.10	Único legitimado para a ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	324
9.11	Principais regras procedimentais da ação direta de inconstitucionalidade interventiva .....	325
9.12	Controle concentrado perante os Tribunais de Justiça .....	327
9.13	Possibilidade de recurso extraordinário em face de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça .....	330
9.14	Ação direta de inconstitucionalidade de norma do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica .....	332
9.15	Da interpretação conforme a constituição .....	333
9.16	Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto .....	335
9.17	Breve histórico sobre o controle de constitucionalidade no direito brasileiro .....	337

<b>10 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E OS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....</b>	<b>341</b>
10.1 Esclarecimentos iniciais.....	341
10.2 Direitos fundamentais: conceito e características.....	341
10.3 Evolução histórica dos direitos fundamentais.....	347
10.4 Gerações de direitos fundamentais .....	350
10.5 Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	353
10.6 Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais.....	356
10.7 Caráter relativo dos direitos e garantias fundamentais.....	358
10.8 Aplicação imediata e caráter não taxativo do rol de direitos e garantias fundamentais....	360
10.9 Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal .....	363
10.10 Distinção entre direitos, garantias e remédios constitucionais.....	365
<b>11 REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS INDIVIDUAIS.....</b>	<b>368</b>
11.1 Esclarecimentos iniciais.....	368
11.2 Elenco dos remédios constitucionais .....	368
11.3 <i>Habeas corpus</i> .....	371
11.4 Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i> .....	373
11.5 Hipóteses em que não cabe o <i>habeas corpus</i> .....	376
11.6 Modalidades de <i>habeas corpus</i> .....	378
11.7 Legitimação ativa e passiva do <i>habeas corpus</i> .....	378
11.8 Competência em matéria de <i>habeas corpus</i> .....	380
11.9 Principais regras procedimentais do <i>habeas corpus</i> .....	383
11.10 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o <i>habeas corpus</i> .....	385
11.11 Mandado de segurança individual.....	386
11.12 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança individual.....	387
11.13 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança individual .....	389
11.14 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança individual .....	391
11.15 Competência em sede de mandado de segurança individual.....	395
11.16 Da possibilidade de liminar em mandado de segurança individual.....	397
11.17 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança .....	400
11.18 O insucesso do mandado de segurança individual e a possibilidade de posterior ação de conhecimento.....	402
11.19 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança individual.....	403
11.20 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança individual .....	407
11.21 Mandado de injunção individual.....	408
11.22 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção individual .....	409



11.23 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção individual.....	411
11.24 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção individual.....	413
11.25 Competência em sede de injunção individual .....	415
11.26 Natureza e eficácia da decisão que concede a injunção individual.....	416
11.27 Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção já concedida.....	420
11.28 A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção individual anteriormente concedida.....	422
11.29 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção individual .....	423
11.30 Distinção entre mandado de injunção individual e ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	424
11.31 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção individual .....	426
11.32 <i>Habeas data</i> .....	428
11.33 Hipóteses de cabimento do <i>habeas data</i> .....	429
11.34 Legitimação ativa e passiva do <i>habeas data</i> .....	432
11.35 Competência em sede de <i>habeas data</i> .....	434
11.36 Principais regras procedimentais do <i>habeas data</i> .....	434
<b>12 REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS PARA TUTELA DE DIREITOS COLETIVOS.....</b>	<b>439</b>
12.1 Esclarecimentos iniciais.....	439
12.2 Mandado de segurança coletivo.....	439
12.3 Hipóteses de cabimento do mandado de segurança coletivo.....	440
12.4 Hipóteses em que não cabe o mandado de segurança coletivo .....	442
12.5 Legitimação ativa e passiva do mandado de segurança coletivo .....	443
12.6 Legitimação ativa do mandado de segurança coletivo e o Ministério Público .....	447
12.7 Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo e quem pode se beneficiar de sua impetração .....	448
12.8 Competência em sede de mandado de segurança coletivo.....	450
12.9 Concessão de liminar em mandado de segurança coletivo .....	451
12.10 Da suspensão da liminar e da suspensão da segurança coletiva .....	453
12.11 Principais regras procedimentais sobre o mandado de segurança coletivo.....	454
12.12 Principais súmulas do Supremo Tribunal Federal sobre o mandado de segurança coletivo .....	458
12.13 Mandado de injunção coletivo.....	459
12.14 Hipóteses de cabimento do mandado de injunção coletivo .....	459
12.15 Hipóteses em que não cabe o mandado de injunção coletivo.....	461
12.16 Legitimação ativa e passiva do mandado de injunção coletivo.....	462
12.17 As espécies de direitos protegidos pelo mandado de injunção coletivo e os destinatários de sua impetração .....	466
12.18 Competência em relação ao mandado de injunção coletivo .....	467

12.19 Renovação de pedido não concedido e revisão de injunção coletiva já concedida .....	468
12.20 A edição superveniente de norma regulamentadora e os efeitos em relação à injunção coletiva anteriormente concedida.....	470
12.21 A impossibilidade de concessão de liminar em sede de mandado de injunção coletivo ....	470
12.22 Principais regras procedimentais sobre o mandado de injunção coletivo .....	471
12.23 Ação popular.....	473
12.24 Hipóteses de cabimento da ação popular.....	475
12.25 Legitimação ativa e passiva da ação popular .....	478
12.26 Competências em sede de ação popular .....	481
12.27 Concessão de liminar em ação popular .....	483
12.28 Principais regras procedimentais da ação popular .....	483
12.29 Súmula sobre a ação popular .....	486
12.30 Ação civil pública.....	486
12.31 Hipóteses de cabimento da ação civil pública.....	489
12.32 Hipóteses em que não cabe a propositura de ação civil pública.....	492
12.33 Legitimação ativa e passiva da ação civil pública .....	493
12.34 Competência em sede de ação civil pública .....	498
12.35 A possibilidade de concessão de liminar em ação civil pública .....	500
12.36 Da suspensão da liminar e da suspensão da sentença em ação civil pública .....	502
12.37 Inquérito civil.....	504
12.38 Termo de ajustamento de conduta .....	507
12.39 Fundo de reparação de danos .....	509
12.40 Ação civil pública e coisa julgada segundo a natureza do interesse tutelado .....	510
12.41 Demais regras procedimentais da ação civil pública.....	513
12.42 Súmula do Supremo Tribunal Federal sobre a ação civil pública.....	516
<i>Referências</i> .....	<b>517</b>
<i>Índice Alfabético-remissivo</i> .....	<b>523</b>